



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO
2013-2015

Maputo, Junho 2012

INDICE

RESOLUÇÃO Nº /2012	3
1. CONTEXTO INTERNACIONAL	6
2. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS.....	9
2.1. Empreendimentos estruturantes com início em 2012	9
2.2. Produto Interno Bruto (PIB)	14
2.3. Inflação.....	16
2.4. Balança de Pagamentos: Evolução da Conta Corrente	17
3. ENVELOPE DE RECURSOS.....	19
3.1. Recursos Internos e Externos.....	20
4. AFECTAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS.....	22
4.1. Critérios de Afectação de Recursos.....	22
4.2. Medidas de contenção e racionalização da despesa pública.....	23
4.3. Despesas de Funcionamento.....	24
4.4. Despesas de Investimento.....	26
4.4.1. Despesas de Investimento de âmbito Central	27
4.4.2. Despesas de Investimento de âmbito Provincial e Distrital	27
4.5. Outras despesas relevantes	28
6. RESUMO DA AFECTAÇÃO DE RECURSOS	29
7. Considerações Finais.....	31

CONSELHO DE MINISTROS

RESOLUÇÃO Nº /2012

DE__ DE__

O Cenário Fiscal de Médio Prazo é um instrumento rolante de planificação e orçamentação de médio prazo, através do qual são organizadas, actualizadas e apresentadas as opções estratégicas adequadas para materializar as grandes linhas do Programa Quinquenal do Governo 2010-2014.

Havendo necessidade de garantir que o processo de planificação e orçamentação nos anos de 2013 a 2015, tenha no Cenário Fiscal de Médio Prazo um instrumento orientador na afectação de recursos, ao abrigo do n.º 4, do artigo 210, da Constituição da República, determino:

Artigo 1: É aprovado o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2013-2015.

Artigo 2: Na elaboração do Orçamento de Estado de 2013 devem ser observados os limites globais estabelecidos no CFMP 2013-2015, salvo se houver alterações nos pressupostos macroeconómicos.

Artigo 3: Havendo mudanças conjunturais e estruturais nos anos subsequentes, o CFMP será revisto de modo a ajustar-se à nova realidade, e as alterações efectuadas deverão ser tomadas em consideração no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento do Estado (OE).

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos de Junho de 2012

Publique-se

O Primeiro-Ministro

Aires Bonifácio Baptista Ali

INTRODUÇÃO

1. O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação que faz a previsão da despesa pública, bem como dos recursos financeiros disponíveis, a nível global e sectorial, num horizonte temporal de médio prazo. É rolante e sujeito a uma actualização anual, no contexto do ciclo orçamental, para reflectir as mudanças conjunturais e estruturais do momento.
2. O CFMP constitui um instrumento de programação financeira que relaciona as políticas, a planificação e o orçamento público num período de três (3) anos, cobrindo a totalidade da administração pública. Dadas as suas opções estratégicas direccionadas à materialização das grandes linhas constantes no Programa Quinquenal do Governo (PQG), o CFMP é um instrumento fundamental no processo de preparação do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) para o exercício do ano económico seguinte.
3. O CFMP contribui para o alcance de uma política fiscal mais estável, a afectação criteriosa de recursos por áreas prioritárias e uma aplicação mais eficiente e efectiva dos recursos financeiros na prestação de serviços públicos. Em conformidade com estes princípios, os objectivos do CFMP são:
 - A melhoria da situação macro-fiscal e dos equilíbrios macro-económicos em geral, com base num quadro de recursos consistente e realista, o que implica défices públicos controlados, situação económica melhorada e uma maior estabilidade das finanças públicas;
 - A melhoria da afectação dos recursos orçamentais pelos sectores e território segundo as prioridades estratégicas de crescimento e de redução da pobreza;
 - Maior previsibilidade na disponibilização dos recursos financeiros, viabilizando assim uma melhor programação sectorial e contribuindo para a sua sustentabilidade, através da fixação dos tectos orçamentais visando o uso mais eficiente dos recursos financeiros.

4. O CFMP 2013 – 2015 tem a particularidade de resgatar o nível provincial na visão territorial e atribuir limites globais para as componentes de bens e serviços e investimento, quebrando assim o ciclo de planificação por Unidade Gestora Beneficiária (UGB) e melhorando a implementação da metodologia de Planificação e Orçamentação por Programas (POP). Para o nível central, mantem-se a linha de programação do CFMP 2012 - 2014.
5. O CFMP 2013 -2015 é elaborado num contexto caracterizado por uma conjuntura macroeconómica internacional ainda afectada pela crise financeira, que apesar de mostrar tendências de recuperação, os efeitos prevalecem nas principais economias. A nível doméstico, este panorama tem os seus reflexos pelo facto de Moçambique ser importador de combustíveis e alimentos, bens que têm estado a mostrar sinais de agravamento de preços.
6. A afectação de recursos para a concretização de empreendimentos estruturantes também caracteriza o presente cenário. A programação é feita numa perspectiva de maior descentralização de recursos e baseia-se nos Objectivos Centrais do Plano de Acção para Redução da Pobreza 2011-2014 (PARP), designadamente: 1) Aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira; 2) Promoção do Emprego, e 3) Desenvolvimento Humano e Social.
7. A necessidade de colmatar os efeitos da crise financeira e a instabilidade nos preços de combustíveis e alimentos, resulta em restrições na disponibilidade de recursos para a realização de algumas despesas sectoriais, visto que se dá primazia às prioridades nacionais relativamente às sectoriais, provinciais e distritais.
8. O CFMP 2013-2015 apresenta as prioridades estratégicas e os limites globais de despesa que orientam o estabelecimento de limites indicativos para os Órgãos e Instituições do Estado. O documento apresenta limites indicativos para as despesas de funcionamento aos diferentes níveis, limites de despesas de investimento para programas estratégicos e limites de despesa para as províncias e para os distritos. Durante processo de definição de limites indicativos sectoriais, é observada a necessidade e a possibilidade de ligação e integração de acções sectoriais que concorram para a materialização dos mesmos objectivos.

1. CONTEXTO INTERNACIONAL

9. Previsões recentes de organismos internacionais sugerem um crescimento médio de 3.5% para a economia mundial em 2012, contra os 4.5% previstos no CFMP 2012 – 2014. Esta revisão, em baixa, do crescimento económico mundial resulta da desaceleração da recuperação das economias avançadas, que se prevê que cresçam em apenas 1.4%, menos 1.2% em relação ao previsto no CFMP 2012-2014.

10. Esta desaceleração prevista para 2012, torna as previsões para 2013 – 2015 moderadas, em relação ao optimismo resultante dos sinais de recuperação anteriormente anunciados pelos Governos e Bancos Centrais das principais economias mundiais. Deste modo, espera-se que a economia mundial cresça mais lentamente, e atinja 4.6% em 2015.

As perspectivas para as economias emergentes são positivas, prevendo-se que o crescimento médio anual das novas economias industrializadas asiáticas seja de 4.25% de 2013 a 2015. A outra região que se destaca é a África subsahariana, com previsões de crescimento médio de 5.5% ao ano no mesmo período, o que poderá constituir uma oportunidade para o incremento de trocas comerciais do país.

Quadro 1. Taxas de Crescimento Mundial e dos principais grupos de países (%)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
			<< PREVISÃO >>			
Mundial	5.27	3.85	3.53	4.07	4.36	4.55
Economias Avançadas ¹	3.21	1.58	1.41	2.03	2.44	2.64
Zona Euro	1.87	1.44	-0.32	0.90	1.40	1.60
Novas Economias Asiáticas Industrializadas ²	8.50	4.03	3.36	4.19	4.27	4.28
Economias Emergentes e em Desenvolvimento ³	7.50	6.23	5.66	6.05	6.16	6.27
Ásia em Desenvolvimento (China e Índia) ⁴	9.65	7.83	7.34	7.89	7.89	7.94
África Sub-Sahariana	5.29	5.13	5.44	5.29	5.50	5.57

Fonte: FMI_WEO_Abril de 2012

Destaque:

¹ EUA, Japão, Zona Euro, Reino Unido, Canadá

² Tailândia, Singapura

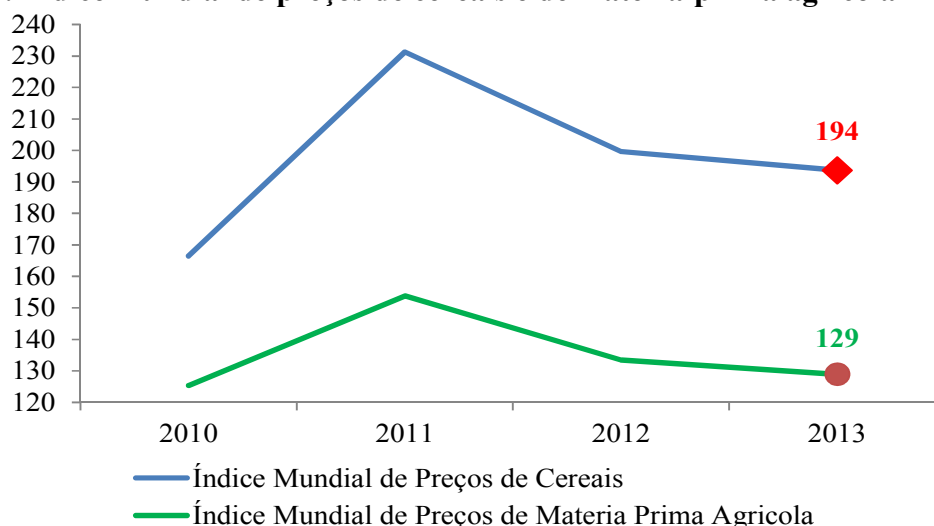
³ Brasil e Rússia

⁴ China e Índia

11. Apesar do optimismo na recuperação da produção global nos próximos anos, os preços a nível mundial continuarão elevados pese embora mostrem tendências de

redução em 2013 face aos níveis previstos para 2012. O elevado nível de preços em 2013, resultará dos elevados índices de preços de cereais e de matéria-prima agrícola¹.

Grafico 1. Índice mundial de preços de cereais e de matéria-prima agrícola



Fonte: FMI_WEO_Abril de 2012

12. O índice de preços da matéria-prima agrícola inferior ao índice de preços de cereais constitui uma desvantagem para os países exportadores de matéria-prima agrícola, na sua maioria africanos, visto que estes são dependentes da importação de cereais.
13. Previsões recentes apontam para 2012, um agravamento no preço do petróleo em 10.3%, devendo atingir USD\$115, contrariamente à previsão de descida em 1% que consta do CFMP 2012-2014. Para 2013, espera-se o preço registe uma queda de 4.1%, situando-se em cerca de USD\$110 por barril.
14. As projecções do volume de transacções de bens e serviços no mercado internacional mostra uma tendência de desaceleração para 2012 (-1.8pp) comparativamente ao que se verificou em 2011. Previsões para o período 2013-2015 apontam para uma recuperação lenta, com uma média de crescimento de cerca de 6% ao ano (Quadro 2).

Quadro 2. Taxas de crescimento do comércio (variação percentual)

¹ FMI_World Economic Outlook, Abril de 2012

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
			<<	PREVISÃO	>>	
Volume do Comércio Internacional	12.9	5.8	4.0	5.6	6.1	6.4
Importações						
Economias Avançadas	11.5	4.3	1.8	4.1	5.0	5.5
Zona Euro	9.3	3.8	-0.5	2.2	3.4	4.0
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	15.3	8.8	8.4	8.1	7.9	7.8
África Sub-Sahariana	9.3	6.9	7.8	4.8	5.5	6.5
Exportações						
Economias Avançadas	12.2	5.3	2.3	4.7	5.2	5.4
Zona Euro	11.1	6.3	1.4	3.2	3.9	4.3
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	14.7	6.7	6.6	7.2	7.5	7.8
África Sub-Sahariana	-0.7	7.1	11.9	7.3	4.7	4.0

Fonte: FMI_WEO_Abril de 2012

15. As importações continuarão a crescer mais do que as exportações na África Subsaariana e nas Economias Emergentes e em Desenvolvimento, enquanto nas Economias Avançadas e na Zona Euro o ritmo de crescimento das exportações deverá superar ao das importações, sinalizando um abrandamento dos efeitos da crise.
16. As projecções do crescimento da economia mundial denotam que há riscos de alguma recessão em alguns países, por um lado, e um crescimento a ritmos muito baixos noutros, o que se vai traduzir numa menor pressão sobre os preços do petróleo.
17. Assim, o nível geral de preços médios anuais registará um abrandamento, como resultado do decréscimo dos preços do petróleo e de produtos não petrolíferos. Porém, permanecerá elevado nas economias da África Subsaariana e nas Economias Emergentes e em Desenvolvimento (Quadro 3).

Quadro 3. Taxas de Inflação e Preços Internacionais (%)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
			<<	PREVISÃO	>>	
Inflação						
Mundial	3.7	4.8	4.0	3.7	3.4	3.4
Economias Avançadas	1.6	2.6	1.9	1.7	1.7	1.8
Zona Euro	1.6	2.7	2.0	1.6	1.7	1.7
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	6.1	7.1	6.2	5.6	5.1	4.8
África Sub-Sahariana	7.4	8.2	9.6	7.5	6.2	5.7
Preço Internacional de Mercadorias						
Petróleo	27.9	34.5	10.3	-4.1	3.1	3.3
Produtos não Petrolíferos	26.3	17.8	-10.3	-2.1	n/a	n/a

Fonte: FMI_WEO_Abril de 2012

2. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

2.1. Empreendimentos estruturantes com início em 2012

18. Os empreendimentos estruturantes de pequena, média e grande dimensão são fundamentais para assegurar o crescimento estável da economia, dado o seu impacto positivo na balança de pagamentos, nas Receitas do Estado (fiscais e de concessões) e na criação de emprego.
19. De entre os projectos estruturantes de pequena e média dimensão, destacam-se:
- Os empreendimentos na agricultura e agro-indústria do cultivo da cana-de-açúcar para o fabrico de bioetanol em Manica e Sofala, cujo investimento é de USD 280 e 220 milhões respectivamente, resultando na criação de cerca de 4,600 empregos;
 - Os empreendimentos de exploração de serviços de telefonia móvel e de televisão digital, com investimentos de cerca de USD 500 milhões, criando cerca de 3,300 empregos;
 - A construção, em Ressano Garcia, de uma Central Termo-eléctrica com capacidade instalada de 140 MW com base no Gás Natural de Pande e Temane. O valor do investimento é estimado em cerca de 200 Milhões USD. É um projecto a ser implementado pelo consórcio EDM e SASOL, prevendo-se o arranque da operação comercial em 2014.
20. Dos projectos estruturantes de grande dimensão, destaque vai para:
- a exploração florestal e produção de papel nas províncias da Zambézia e Nampula, em implementação, com investimentos de cerca desde USD 4.5 mil milhões, criando cerca de 9,500 empregos;
 - os investimentos na área de recursos minerais, prevendo-se que possam atingir cerca de USD 1.5 mil milhões;
 - a operacionalização da linha de transporte de energia Tete-Maputo, com um investimento estimado em USD 1,870.0 Milhões. O valor global de investimentos previsto para área de energia poderá atingir cerca de USD 3.7 mil milhões;
 - a construção, em todo país, de 39 silos até 2015, orçados em cerca de 661 milhões MT, e a provisão de sementes de qualidade equivalentes a 432 milhões MT em

Nampula, Manica e Niassa, no âmbito da implementação do Plano de Acção de Produção de Alimentos;

- a construção da ponte Maputo-Katembe, a iniciar em 2012, interligando a estrada Katembe-Ponta D'ouro e Boane Bela Vista²;
- o estabelecimento da Zona Económica de Nacala e de duas zonas francas nomeadamente em Licone e Munhewene, que contribuem em grande medida para nos níveis de crescimento económico, através da:
 - Reabilitação do aeroporto internacional de Nacala;
 - Construção da linha férrea Nacala – Nacala-à-Velha

21. O quadro que segue apresenta em resumo os projectos aprovados e em carteira, que vão ser implementados entre 2012 e 2015, com impacto na economia nacional.

Quadro 4. Projectos que contribuirão para o crescimento do PIB

a) Pequenos e Médios

² No seu conjunto, os projectos de infra-estruturas (MOPH) para os próximos anos resultarão num investimento de cerca de 44 mil milhões de Meticais.

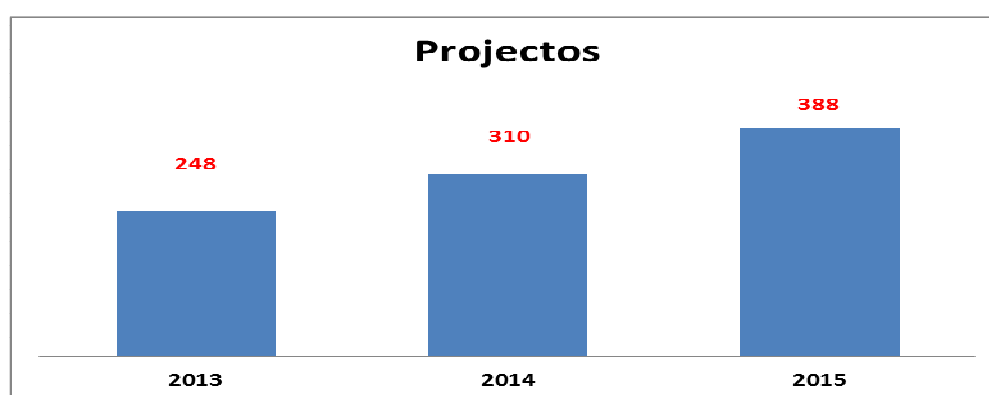
Nº	Nome do Projecto	Objecto	Província	Distrito	Emprego	Valor do Invest. US\$ 10 ⁶
AGRICULTURA E AGRO-INDÚSTRIA						
1	Agro-Industrial Mutarara	Produção e processamento industrial de algodão e cana-de-açúcar	Tete	Mutarara	210	210.43
2	Ifloma Fibre Project	Reflorestamento, exploração florestal e processamento de madeira	Sofala	Muanza	708	241.67
3	Tectona Forest of Zambézia	Exploração florestal, produção e processamento de madeira	Zambézia	Gurué, Namarrói	1,100	101.42
4	Sanga Afforestation	Exploração florestal, produção e processamento de madeira	Niassa	Sanga, Muembe	1,435	45.88
5	Pure Diets Moçambique	Cultivo de cana-de-açúcar para processamento industrial, bem como a construção e exploração de fábrica de açúcar	Maputo	Moamba	2,032	84.41
ENERGIA						
1	Gigawatt Moçambique - 100 Mw	Construção e exploração de uma central eléctrica a gás natural para produção e venda de energia	Maputo	Moamba	36	180.00
2	Central Térmica à Gás de Moamba - 162Mw	Construção e exploração de uma Central à Gás Natural para produção e venda de energia eléctrica	Maputo	Moamba	36	200.00
COMÉRCIO E SERVIÇOS						
1	Retail Masters (PicknPay)	Prestação de serviços de gestão de cadeias de supermercados e grandes superfícies comerciais	Maputo		4,900	24.00
2	Galana Terminais Moçambique	Construção de depósitos para armazenamento, distribuição e logística de combustíveis	C.Maputo	Porto de Maputo	64	40.30
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES						
1	Movitel	Prestação de serviços de telecomunicações móveis celulares	Maputo		3,874	401.50
2	Startimes Media Company Mozambique	Prestação de serviços básicos de televisão digital e transmissão do sinal de televisão e rádio	Maputo		460	100.00
INDÚSTRIA						
1	Varun Beverage Mozambique (Pepsi)- Fábrica de Chimoio	Construção e exploração de uma fábrica de produção de refrigerantes	Manica	Gondola	250	12.00
2	Sumol+Compal Moçambique	Estabelecimento e operação de uma unidade de produção de sumos e refrigerantes	Maputo		79	12.60
3	China-Mozambique Cement	Construção e exploração de uma fábrica de cimento	Sofala	Dondo	900	98.00
4	Biworld International-Fábrica de Muxu	Construção e exploração de uma fabrica de cimento	Sofala	Chibabava	260	59.57
5	Zong TexMozambique	Estabelecimento e operação de uma unidade de confecção de produtos de indústria têxtil	Maputo		1,223	2.25
6	Matchedje Motors	Instalação e exploração de uma unidade de montagem de veículos automóveis	Maputo		3,000	200.00

b) Grande dimensão

Nº	Nome do Projecto	Objecto	Provincia	Distrito	Emprego	Valor do Invest. US\$ 10 ⁶
Agricultura e Agro-Indústria						
1	Portucel Moçambique	Exploração Florestal e produção de polpa de papel	Zambezia	Ile	2,000	2,311.41
2	Lurio Green Resources	Exploração Florestal e produção de polpa de papel	Nampula	Ribawe, Erati	7,500	2,209.00
3	UPM	Exploração Florestal e produção de polpa de papel	Niassa	Sanga, Muembe, Lichinga e Ngauma	6,000	1,700.00
4	Suzano Papel e Celulose	Exploração florestal e produção de polpa de papel	Zambézia e Nampula		1,300	1,200.00
5	Massingir Agro-Industrial (TSB Sugar)	Cultivo de cana-de-açúcar para produção industrial de açúcar, etanol e energia, incluindo a produção de ração animal e biofertilizantes	Gaza	Massingir	4,500	740.35
Energia						
1	Hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa	Construção e gestão de uma hidroeléctrica	Tete	Changara/Chiuta	170	1,900.00
2	Central Térmica Carvão de Moatize	Construção e operação de uma central termoeléctrica com capacidade inicial de 300 Mw	Tete	Moatize	100	900.00
3	Linha Tete - Maputo	Construção de duas linha, sendo uma de corrente contínua de 500kV e outra de corrente alternada de 400kV para evacuar toda energia que será gerada no vale do Zambeze para o consumo interno e exportação	Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo	Cahora Bassa, Changara, Guro, Catandica, Macossa, Gondola, Machaze, Gorongosa, Nhamatanda, Machanga, Buzi, Chibuto, Chokwe, Chicualacula, Mapai, Vilanculos, Magude, Moamba e Marracuene		1,800.00
4	Barragem Hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa – 1500MW	Construção e exploração de uma Central Hidroeléctrica para produção e venda de energia eléctrica	Tete	Chiúta	170	2,700.00
5	Cahora Bassa Norte – 1250 MW	Construção e exploração de uma Central Hidroeléctrica para produção e venda de energia eléctrica	Tete	Cahora Bassa	150	700.00
6	Central Térmica à Carvão de Moatize – 300MW	Construção e exploração de uma Central à Carvão para produção e venda de energia eléctrica	Tete	Moatize	100	1,500.00
7	Central Térmica à Carvão de Benga – 500MW	Construção e exploração de uma Central à Carvão para produção e venda de energia eléctrica	Tete	Moatize	100	1,300.00
Infraestruturas						
1	Rio Tinto-Corredor de Transporte Integrado	Estabelecimento de um corredor integrado de transporte para apoio à exportação do carvão (linha férrea e porto)	Tete e Zambézia	Moatize	1,920	8,000.00
2	CLIN-Corredor Logístico Integrado de Nacala (Ferrovia de Nacala)	Construção e operação de uma ligação ferroviária entre a região de Moatize, passando por Malawi, e o Novo Terminal Portuário em Nacala-a-Velha, para o transporte ferroviário de carvão, carga geral e passageiros	Tete e Nampula	Moatize e Nacala-a-Velha	3,297	1,750.97
Industria						
1	Beira Economic and Trade Cooperation Zone	Estabelecimento e operação de uma Zona Económica Especial e construção e exploração de um empreendimento turístico integrado	Sofala	Cidade da Beira	1,200	2,660.00

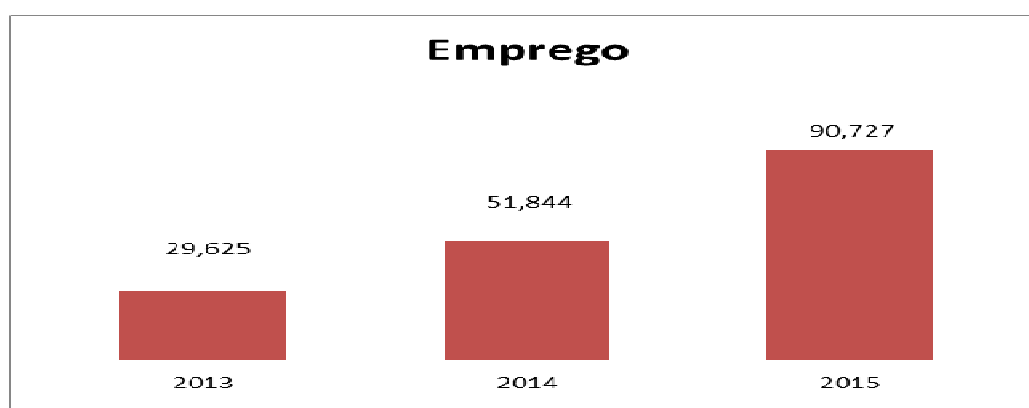
22. De uma forma geral, a previsão abaixo mostra um crescimento acentuado do investimento nos próximos três anos (2013-2015), acreditando-se que a Zona Sul, particularmente a Cidade e a Província de Maputo, que sempre acolheu maior investimento aprovado em termos de valor, número de projectos e postos de emprego, possa vir a perder essa posição à favor das zonas centro e norte do País, que são as que têm perspectivas de acolher os grandes projectos a curto e médio prazo, mercê do potencial em recursos naturais e diversas oportunidades de negócios existentes naquelas Zonas.

Grafico 2. - Evolução do Número de Projectos 2013-2015



Fonte: CPI, 2012

Grafico 3. Perspectiva de Evolução de Empregos 2013-2015



Fonte: CPI, 2012

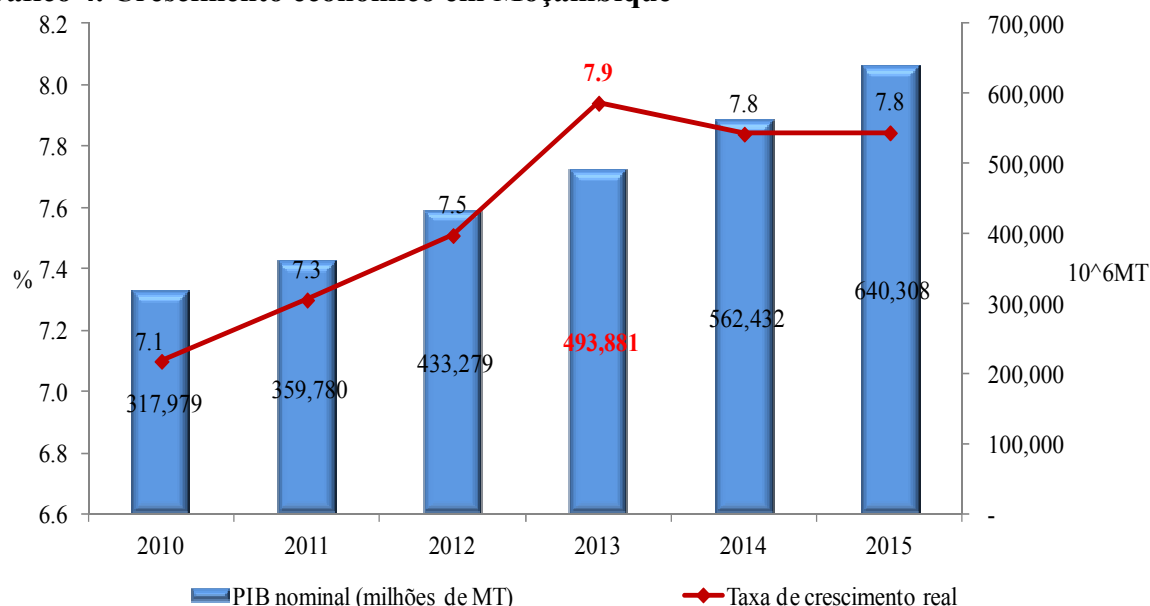
23. Em resumo, a elevação dos níveis de investimento e a sua consolidação como factor chave para o combate à pobreza urbana e rural, no contexto da prossecução dos objectivos de crescimento e desenvolvimento do país, vai contribuir para a diversificação das fontes de financiamento do investimento público e privado, e desta

forma reduzir a dependência do país na ajuda externa. Ademais, vai permitir a criação de novos postos de emprego directos e indirectos, facilitar a transferência de tecnologias, impulsionar a produção nacional, catalizar o desenvolvimento do capital humano e estimular o aumento das exportações e o acesso a novos mercados. É de sublinhar o facto de parte dos empreendimentos referidos encontrarem-se ainda na fase de investimento, o que significa que o impacto dos mesmos não será imediato.

2.2. Produto Interno Bruto (PIB)

24. Espera-se que em 2012 a economia moçambicana cresça mais 0.2pp, em relação a 2011, atingindo 7.5%. Dada a melhoria na conjuntura internacional, este cenário prevê um crescimento médio anual de 7.9% para o período 2013- 2015.

Gráfico 4. Crescimento económico em Moçambique



Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2012

25. No período 2013 – 2015, espera-se que os sectores económicos atinjam as seguintes taxas de crescimento médio anual: Agricultura³ (6.5%), Indústria Extractiva (15.7%), Electricidade e Água (9.2%), Construção (8.8%), Transportes e Comunicações (9.2%) e serviços financeiros (17.7%). Estes sectores determinarão significativamente o crescimento esperado durante o período em referência.

³ Inclui o sector da pecuária e silvicultura

Quadro 5. Taxas de Crescimento sectorial (%)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
	<< PREVISÃO >>						2013-2015
Agro-pecuário e silvicultura	6.6	7.8	6.4	6.6	6.5	6.4	6.5
Pesca	8.0	6.0	2.9	3.3	3.2	3.4	3.3
Industria Extractiva	12.6	18.7	14.0	13.0	16.0	15.0	14.7
Indust. Transform.	4.4	5.8	3.5	4.0	3.7	3.5	3.7
Electricidade e Agua	5.6	6.7	13.2	8.2	9.5	9.4	9.0
Construção	5.4	4.6	8.2	8.6	8.2	8.3	8.4
Comercio e Serviços de Reparação	3.9	1.3	8.8	9.2	9.7	9.1	9.4
Restaurantes e Hotéis	5.9	9.7	7.5	7.7	7.7	8.0	7.8
Transporte e Comunicações	14.5	11.3	8.8	8.8	9.3	9.5	9.2
Serviços Financeiros	12.4	6.5	17.5	20.9	16.3	15.9	17.7
Aluguer de Imóveis e Serviços de Empresas	2.0	1.7	1.9	1.8	1.9	1.6	1.8
Administração Pública e Defesa	9.0	9.1	9.0	8.3	8.4	7.4	8.0
Taxa de Crescimento Real do PIB	7.1	7.3	7.5	7.9	7.8	7.8	7.9

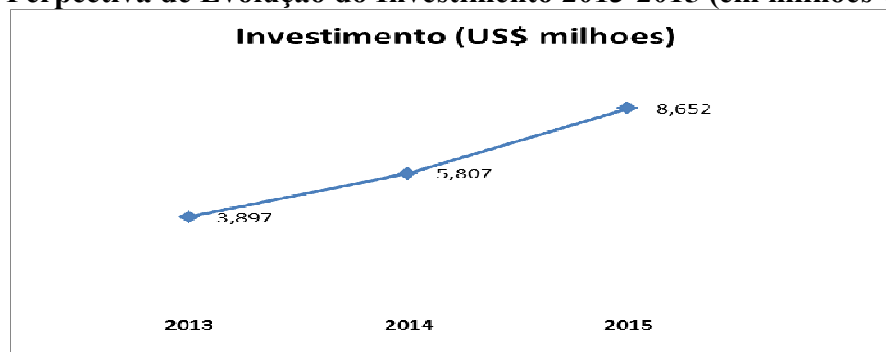
Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2012

26. O crescimento previsto nestes sectores reflecte em grande medida a implementação dos investimentos previstos nessas áreas, nomeadamente:

- O crescimento do sector agrícola no médio prazo será impulsionado pela operacionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2010-2019) e pelo aumento de incentivos à produção familiar, através da expansão dos serviços de assistência técnica e disponibilização de insumos;
- O crescimento previsto no sector da indústria extractiva continuará a ser impulsionado pela produção e exportação de carvão de Benga e de Moatize e, indirectamente, através do estímulo a outros sectores complementares como transporte, electricidade, hotelaria e turismo e parque habitacional;
- O crescimento previsto no sector de energia continuará relacionado com a implementação do projecto de electrificação rural e de expansão da rede eléctrica nacional para abastecer os grandes projectos a partir da Central Hidroeléctrica de Cahora-Bassa; e
- O crescimento no sector de infra-estruturas (água e saneamento) continuará relacionado com a implementação do Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR);

27. Com efeito, os investimentos têm estado a crescer substancialmente em Moçambique ao longo dos anos, mesmo em momentos em que a economia mundial registava contração do produto global, como se pode visualizar no gráfico abaixo.

Gráfico 5. Perspectiva de Evolução do Investimento 2013-2015 (em milhões USD)



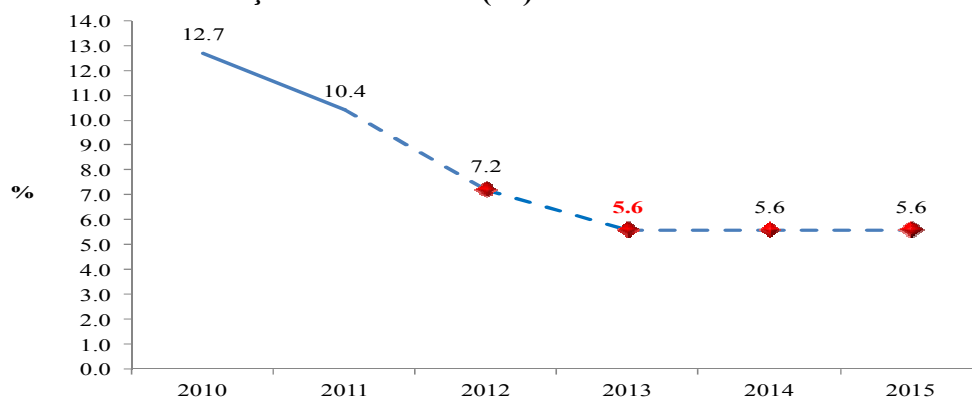
Fonte: CPI, 2012

28. Com a previsão da melhoria das economias avançadas, espera-se um maior influxo do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em Moçambique, contribuindo para o aumento do investimento total. Dados do Centro de Promoção de Investimentos (CPI) indicam que o investimento total, incluindo as Parcerias Público-Privadas, irá atingir cerca de 3 897 Milhões de USD em 2013.

2.3. Inflação

29. A continuação da conjugação de política fiscal, monetária e cambial manterá a taxa de inflação a um dígito, prevendo-se uma tendência decrescente da taxa de inflação média anual em cerca de 5.6% entre 2013 e 2015. O gráfico abaixo mostra a tendência esperada do nível de preços para o período 2012-2015.

Gráfico 6. Taxa de inflação média anual (%)



Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2012

30. Esta tendência justifica-se pela previsão do aumento da produção resultante da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário, a tendência da queda do preço do petróleo, dos cereais e de matéria-prima agrícola a nível internacional, em 2013.
31. Adicionalmente, contribuem para esta tendência, maior estabilidade cambial, mas, acima de tudo, as perspectivas da economia mundial que indicam a existência de riscos de recessão em alguns países e de crescimento a ritmos muito baixos noutros, o que se vai traduzir numa menor pressão sobre os preços do petróleo.

2.4. Balança de Pagamentos: Evolução da Conta Corrente

32. Num horizonte temporal de 5 anos, constata-se uma relativa estabilidade na trajectória da relação défice da conta corrente / Produto Interno Bruto (PIB) em torno de uma média anual de 12%, o que resulta num melhoramento em 50pb em 2011 comparativamente ao observado em 2010.
33. As vendas totais ao exterior registaram um aumento anual de 19% em 2011 ao situar-se em cerca de USD 2776 milhões, montante correspondente a cerca de 22% do PIB, incremento justificado pelo efeito da subida generalizada dos preços médios internacionais de bens e o aumento de bens dos sectores tradicionais de exportação, com excepção da madeira e do camarão. Os dados do sector real corroboram esta dinâmica ao apontar para um aumento da taxa de crescimento dos sectores agrário, electricidade e água, indústrias extractiva e transformadora.
34. Os grandes projectos foram responsáveis por cerca de 73% do total das exportações, ao contribuir com USD 2015.3 milhões (cerca de 15.7% do PIB), montante que inclui USD 21.2 milhões respeitante às receitas de venda de carvão iniciadas no segundo semestre de 2011, prevendo-se que em 2012 estas receitas aumentem para cerca de USD 185 milhões.

Quadro 6. Evolução da Conta Corrente

Em US\$ milhões	2010	2011	2012	Projeções		
				2013	2014	2015
Balança Comercial	-1,179	-1,465	-727	-954	-926	-924
Exportações de Bens dq:	2,333	2,776	3,106	3536	3952	4389
<i>Em % do PIB</i>	<i>24%</i>	<i>22%</i>	<i>22%</i>	<i>23%</i>	<i>24%</i>	<i>24%</i>
Mega projectos	1,668	2,015	2,332	2,731	3,110	3,498
<i>Peso do Total de Exp.</i>	<i>71%</i>	<i>73%</i>	<i>75%</i>	<i>77%</i>	<i>79%</i>	<i>80%</i>
Importações de Bens dq:	-3,512	-4,187	-4,413	-4,834	-5,272	-5,693
<i>Em % do PIB</i>	<i>37%</i>	<i>34%</i>	<i>32%</i>	<i>31%</i>	<i>31%</i>	<i>31%</i>
Mega projectos	-900	-1,547	-1,521	-1,719	-1,916	-2,083
<i>Peso do Total de Imp.</i>	<i>26%</i>	<i>37%</i>	<i>34%</i>	<i>36%</i>	<i>36%</i>	<i>37%</i>
Balança de Serv. e de Rend:	-506	-796	-895	-975	-1,096	-1,255

Fonte: BM, QM 2012

35. As importações totais situaram-se em USD 418.1 milhões em 2011, o que representa um incremento de 19.2% em relação ao ano anterior. Contribuíram para este resultado o crescimento da factura de combustíveis em 77.3% e o incremento das importações das grandes empresas de investimento directo estrangeiro em 72%, justificada principalmente pelos investimentos substanciais na área de exploração mineira, com destaque para o carvão mineral e areias pesadas.
36. As transacções em serviços traduziram-se em pagamentos líquidos ao resto do mundo no montante de USD 795.7 milhões, o que constitui um agravamento de 44.4% relativamente a 2010. Este facto foi determinado, sobre tudo pelo incremento da procura por serviços de construção em mais de 66.2%, no contexto da implementação e expansão de diversas empresas de IDE em Moçambique, para além do aumento nas despesas com transportes em mais de 36%.
37. O fluxo líquido dos rendimentos resultantes da utilização de trabalho e capital entre residentes e não residentes evidencia um agravamento de pagamentos às entidades externas de 14.1%. esta evolução é consequência dos lucros reinvestidos pelos investidores directos estrangeiros dos mega-projectos, assim como pelo abrandamento dos ganhos em aplicações de títulos, na sequência da persistente fragilidade do mercado financeiro mundial.
38. O quadro que se segue apresenta o resumo dos indicadores económicos para o período 2013 – 2015. Porém, dada a volatilidade dos preços, os pressupostos apresentados poderão sofrer alterações, caso se verificarem variações nas tendências

dos principais indicadores, durante o processo de preparação do Plano e Orçamento de Estado para 2013.

Quadro 7. Resumo dos Indicadores Macroeconómicos

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
			OE	<< PREVISÃO >>		
PIB nominal (Milhões de MT)	317,979	359,780	433,279	493,881	562,432	640,308
PIB nominal (milhões de USD)	9,740	11,958	13,969	15,355	16,811	18,398
<i>Taxa real de crescimento (%)</i>	<i>7.1</i>	<i>7.3</i>	<i>7.5</i>	<i>7.9</i>	<i>7.8</i>	<i>7.8</i>
PIB per capita (MT)	14,582	16,112	18,235	20,269	22,460	24,888
PIB per capita (USD)	447	536	588	630	671	715
Taxa de Inflação Média Anual (%)	12.7	10.4	7.2	5.6	5.6	5.6
Exportações (milhões de USD)	2,333.3	2,692.7	3,145.1	3,459.8	3,839.0	4,197.4
População (1000 Habitantes)	21,806	22,329	23,760	24,366	25,042	25,728

Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2012

3. ENVELOPE DE RECURSOS

39. A actual conjuntura macroeconómica nacional e internacional e as expectativas para os próximos anos terão reflexos no envelope de recursos internos e externos, o que por sua vez terá implicações para os níveis de despesa pública programada para o triénio 2013-2015, com implicações imediatas no PES e OE para 2013.

40. Espera-se que a economia nacional cresça a uma taxa média de 7.9%, decorrente da entrada de novos investimentos, o que poderá induzir a expansão da base tributária, impulsionando o aumento dos recursos internos em 2013 em cerca de 0.5pp.

41. A projecção da conjuntura internacional embora optimista, ainda condiciona uma previsão cautelosa em relação aos desembolsos de recursos externos para o período 2013-2015. Deste modo, prevê-se para 2013 uma redução do fluxo de recursos externos para o país, em cerca de 1.3pp em termos do PIB face ao previsto para 2012.

42. Espera-se que os recursos internos registem um crescimento acentuado, passando de cerca de 98 mil milhões de Meticais em 2012 para pouco mais de 114 mil milhões de Meticais em 2013, o que reflecte uma maior contribuição do crescimento das Receitas do Estado e um ligeiro aumento do crédito interno.

Quadro 8. Resumo de Envelope de Recursos

<i>Em milhões de Meticais</i>	2010	2011	2012	2013	2014	2015
			OE	<< PREVISÃO >>		
Total de Recursos	102,246	141,757	163,036	181,201	201,472	225,903
Recursos Internos	62,415	81,777	98,688	114,869	132,113	153,021
Receitas do Estado	63,476	79,158	95,538	111,372	129,641	150,793
Crédito Interno	(1,061)	2,619	3,150	3,497	2,472	2,228
Recursos Externos	39,831	59,981	64,347	66,331	69,360	72,883
Donativos	26,754	35,285	34,719	37,786	39,666	41,646
Créditos	13,077	24,696	29,629	28,546	29,693	31,237

Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2012

3.1. Recursos Internos e Externos

43. Como se pode observar no quadro abaixo, as receitas fiscais representam em média a maior parte das receitas do Estado como percentagem do PIB (cerca de 19%).

Quadro 9. Evolução das Recursos Internos

<i>Em milhões de Meticais</i>	2010	2011	2012	2013	2014	2015
			OE	<< PREVISÃO >>		
Recursos Internos	62,415	81,777	98,688	114,869	132,113	153,021
Receitas do Estado	63,476	79,158	95,538	111,372	129,641	150,793
Receitas Correntes	62,078	77,187	93,007	108,737	126,497	147,450
Receitas Fiscais	54,803	66,775	80,442	93,778	107,650	123,855
Receitas Não Fiscais	4,056	5,533	6,539	7,856	9,687	12,373
Receitas Consignadas	3,220	4,879	6,026	7,103	9,160	11,222
Receitas de Capital	1,398	1,971	2,531	2,635	3,144	3,342
Créd. Interno	(1,061)	2,619	3,150	3,497	2,472	2,228
<i>Em Percentagem do PIB</i>						
Recursos Internos	20.0	22.0	22.8	23.3	23.5	23.9
Receitas do Estado	20.3	21.3	22.0	22.6	23.0	23.5
Receitas Correntes	19.8	20.8	21.5	22.0	22.5	23.0
Receitas Fiscais	17.5	18.0	18.6	19.0	19.1	19.3
Receitas não Fiscais (Incl. Rec.	1.3	1.5	1.5	1.6	1.7	1.9
Receitas Consignadas	1.0	1.3	1.4	1.4	1.6	1.8
Receitas de Capital	0.4	0.5	0.6	0.5	0.6	0.5
Crédito Interno	(0.3)	0.7	0.7	0.7	0.4	0.3

Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2012

44. Perspectiva-se um decréscimo dos recursos externos em termos do PIB, principalmente do crédito, que reduzirá em cerca de 1pp em 2013.

Quadro 10. Evolução dos Recursos Externos

<i>Em milhões de Meticais</i>	2010	2011	2012	2013	2014	2015
			OE	<< PREVISÃO >>		
Recursos Externos	39,831	59,981	64,347	66,331	69,360	72,883
Donativos	26,754	35,285	34,719	37,786	39,666	41,646
Para Projectos	15,195	24,098	15,515	17,368	18,428	19,553
Contravalores não consignados	10,994	11,186	9,699	10,551	10,975	11,417
Outros (Contr., emprest. às Empresas)	565	-	9,505	9,866	10,263	10,676
Créditos	13,077	24,696	29,629	28,546	29,693	31,237
A Projectos	6,870	20,072	16,237	16,912	17,592	18,300
Outros	6,207	4,625	13,392	11,633	12,101	12,936
<i>Em Percentagem do PIB</i>						
Recursos Externos	12.7	16.2	14.9	13.4	12.3	11.4
Donativos	8.6	9.5	8.0	7.7	7.1	6.5
Para Projectos	4.9	6.5	3.6	3.5	3.3	3.1
Contravalores não consignados	3.5	3.0	2.2	2.1	2.0	1.8
Outros (Contr., emprest. às Empresas)	0.2	-	2.2	2.0	1.8	1.7
Créditos	4.2	6.7	6.8	5.8	5.3	4.9
A Projectos	2.2	5.4	3.7	3.4	3.1	2.9
Outros	2.0	1.2	3.1	2.4	2.2	2.0

Fonte: Projecções do Quadro Macro-MPD-MF, 2012

45. Para os próximos anos, de acordo com as últimas projecções do Apoio Programático, prevê-se uma redução nos recursos externos para o Apoio Geral ao Orçamento e Fundos Comuns. Para 2013, os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) esperam desembolsar cerca de USD 606 milhões, dos quais 344 milhões para o Apoio Geral ao Orçamento e 262 milhões para Apoio Sectorial (Fundos Comuns)⁴.

46. A tabela que se segue apresenta em resumo os recursos disponíveis para afectação nos níveis central e territorial, expurgando o total de recursos não sectorial que se destina a cobertura das despesas dos Encargos Gerais do Estado e das Operações Financeiras. Com efeito, para 2013, do total de recursos apresentado no quadro 8, apenas 75.4% é que serão afectados aos diferentes sectores, o que corresponde a cerca de 136.654 milhões de Meticais.

⁴ Neste montante da ajuda, ainda falta a confirmação de alguns parceiros.

Quadro 11. Recursos Disponíveis

<i>Em Milhões de Meticias</i>	2011	2012 OE	2013 << PREVISÃO >>	2014 PREVISÃO	2015
1. Total de Despesa (incl. Oper. Financeiras)	141,714	163,035	181,200	201,472	225,903
2. Despesa Não Sectorial	28,729	40,328	44,546	46,765	50,363
<i>% da Despesa Total</i>	<i>20.3%</i>	<i>24.7%</i>	<i>24.6%</i>	<i>23.2%</i>	<i>22.3%</i>
A. Encargos Gerais do Estado, dq:	25,372	27,272	30,740	34,443	36,438
Encargos da Dívida	3,306	4,626	5,089	5,598	6,158
Transferências Correntes, dq:	8,243	8,996	9,896	10,885	11,974
<i>Pensões</i>	<i>7,180</i>	<i>7,913</i>	<i>8,704</i>	<i>9,575</i>	<i>10,532</i>
Subsídios	5,574	5,241	5,765	6,342	6,976
B. Operações Financeiras do Estado	3,357	13,056	13,807	12,322	13,926
3. Recursos Disponíveis para os Sectores	112,985	122,708	136,654	154,707	175,540
<i>% da Despesa Total</i>	<i>79.7%</i>	<i>75.3%</i>	<i>75.4%</i>	<i>76.8%</i>	<i>77.7%</i>

Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2012

4. AFECTAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS**4.1. Critérios de Afectação de Recursos**

47. Os limites sectoriais são fixados tomando em conta a responsabilidade sectorial no quadro dos programas estratégicos, cuja priorização foi definida no PARP 2011-2014 e medidas de política definidas pelo Governo para o PES/OE 2013.

48. A adopção de critérios para a fixação de limites globais para as despesas de bens e serviços e de investimentos visa fundamentalmente, e de forma transparente, reduzir as assimetrias na afectação de recursos per capita actualmente existente entre as províncias. Para o efeito, os recursos a alocar por província deverão ser determinados em função da análise situacional, usando-se como ponderadores:

- a *População por Província*, com peso de 70%;
- o *Índice Multidimensional da Pobreza por Província*, com peso de 30%, englobando indicadores de consumo, água, saneamento, saúde e educação⁵.

Com esta abordagem, pretende-se também uma afectação de recursos alinhada aos desafios que emanam dos resultados do diagnóstico de pobreza territorial.

⁵ Consumo 30%, água potável 15%, saneamento 15%, saúde 20% e educação 20%.

49. Para os Distritos, os recursos destinados às Despesas de Investimento de iniciativa distrital, (Infra-estruturas Distritais e Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), obedecem aos seguintes critérios:

- população 35%
- superfície 20%
- receitas próprias distritais 15%
- índice de pobreza 30%

50. A afectação estratégica de recursos, que obedece aos critérios acima referidos, procura responder aos seguintes desafios:

- aumentar da produtividade agrícola e pesqueira;
- transformar da agricultura de subsistência para uma agricultura orientada para o mercado;
- tornar o sector produtivo nacional mais competitivo;
- permitir o ajustamento dos preços dos combustíveis ao nível do mercado; e
- reduzir o défice da balança externa (conta de bens e serviços).

4.2. Medidas de contenção e racionalização da despesa pública

51. No quadro da afectação estratégica de recursos, tendo em conta as tendências actuais do aumento dos preços internacionais de combustíveis e de cereais, o Governo de Moçambique adoptou medidas e iniciativas para conter o aumento do custo de vida, através do estímulo ao aumento dos rendimentos dos produtores de alimentos, à dinamização do emprego e ao suporte ao consumo das famílias e indivíduos mais vulneráveis.

52. As medidas relevantes em 2012, consistiram essencialmente na manutenção do preço anterior do pão através da introdução de subsídio; na contenção das despesas públicas, através da racionalização da despesa corrente, com vista à realização de poupanças para subsidiar o custo dos produtos essenciais; no reforço de medidas tendentes à estabilização do Metical. Para os próximos exercícios prosseguir-se-á com medidas visando:

- o desenvolvimento da produção de bens e serviços;
- a continuação da implementação do Plano de Acção para a Redução da Pobreza 2011-2014 e do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana 2011;

- a promoção do investimento, de empreendedores e do emprego;
- o suporte ao consumo;
- a promoção do mercado;
- a racionalização dos gastos públicos e promoção da equidade, e
- a gestão monetária e cambial.

53. O conjunto das medidas previstas irá permitir o aumento da produção alimentar, assegurando o aumento de oportunidades de emprego e auto-emprego; a prestação de assistência à população de baixa renda no que concerne ao acesso aos produtos alimentares básicos; a realização de poupanças, através da redução dos gastos públicos; e a monitoria da entrada e saída de divisas no país, impulsionando, simultaneamente, pagamentos em moeda nacional.

54. A programação das despesas entre 2013 e 2015 tem em conta, fundamentalmente, a necessidade de direccionar os recursos para os esforços conducentes à redução do nível de pobreza prevalecente no País. Através da metodologia de Planificação e Orçamentação por Programas, priorizam-se acções que consubstanciam os esforços de redução da pobreza.

4.3. Despesas de Funcionamento

55. A projecção de crescimento das despesas de funcionamentos para os próximos anos resulta da expansão dos serviços do Estado, e a consequente necessidade de contratação de novos funcionários, principalmente para os sectores da saúde, educação e justiça, seguindo-lhes os sectores que contribuem para geração de receitas a todos os níveis, particularmente, agricultura, pescas, recursos minerais e energia.

56. Um factor que poderá criar pressão sobre a massa salarial, com implicações orçamentais consideráveis para as despesas de funcionamento, tem a ver com a actualização de nível académico de muitos quadros do Aparelho do Estado. Porém, medidas estão a ser implementadas no sentido de garantir a sustentabilidade da massa salarial, cuja previsão é de cerca de 9.3% do PIB em 2013.

57. Projecta-se uma proporção de 9.6% do PIB para as despesas com o pessoal, em 2013, e em 2014 e 2015, uma proporção média anual de 9.0% do PIB. O quadro a seguir apresenta a projecção das despesas de funcionamento a nível nacional.

Quadro 12. Evolução das Despesas de funcionamento (global)

<i>Em milhões de Meticals</i>	2010	2011	2012	2013	2014	2015
			OE	<< PREVISÃO >>		
Despesa Corrente	59,695	73,664	84,520	95,475	109,924	124,222
Despesas com Pessoal	29,110	36,250	41,353	47,634	52,296	56,279
Bens e Serviços	10,187	11,502	14,007	15,968	18,682	21,858
Encargos da Dívida (juros)	2,654	3,306	4,626	4,547	5,272	5,693
Transferências Correntes	9,448	12,248	13,709	15,279	18,729	22,794
Subsídios	5,259	5,574	5,241	5,771	6,492	8,228
Outras Despesas Correntes	2,979	4,368	5,202	5,722	7,419	8,204
Despesas de Capital	-	358	324	494	977	1,112
<i>Em Percentagem do PIB</i>						
Despesa Corrente	19.1	19.8	19.5	19.3	19.5	19.4
Despesas com Pessoal	9.3	9.8	9.5	9.6	9.3	8.8
Bens e Serviços	3.3	3.1	3.2	3.2	3.3	3.4
Encargos da Dívida (juros)	0.8	0.9	1.1	0.9	0.9	0.9
Transferências Correntes	3.0	3.3	3.2	3.1	3.3	3.6
Subsídios	1.7	1.5	1.2	1.2	1.2	1.3
Outras Despesas Correntes	1.0	1.2	1.2	1.2	1.3	1.3
Despesas de Capital	-	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2

Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2012

58. A tendência de crescimento da despesa de funcionamento repercute-se nas previsões desta despesa em termos do PIB.

Quadro 13. Evolução de Limites da Despesas de Funcionamento por âmbitos

<i>Em Milhões de Meticias</i>	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
	OE	<< PREVISÃO >>	<i>Em percentagem do PIB</i>					
ÂMBITO CENTRAL								
Despesas com Pessoal	16,809	19,072	21,257	22,877	3.9	3.9	3.8	3.6
Bens e Serviços (Exc. E.G.E)	9,038	9,309	9,840	10,548	2.1	1.9	1.7	1.6
Outras Despesas Correntes	5,075	5,565	7,216	7,980	1.2	1.1	1.3	1.2
Total	30,923	33,946	38,313	41,404	7.1	6.9	6.8	6.5
ÂMBITO PROVINCIAL								
Despesas com Pessoal	12,345	14,006	15,611	16,800	2.8	2.8	2.8	2.6
Bens e Serviços (Exc. E.G.E)	3,300	3,511	3,738	4,037	0.8	0.7	0.7	0.6
Outras Despesas Correntes	141	155	201	222	0.0	0.0	0.0	0.0
Total	15,785	17,672	19,550	21,059	3.6	3.6	3.5	3.3
ÂMBITO DISTRITAL								
Despesas com Pessoal	12,199	13,841	15,427	16,602	2.8	2.8	2.7	2.6
Bens e Serviços (Exc. E.G.E)	1,624	1,748	1,869	2,027	0.4	0.4	0.3	0.3
Outras Despesas Correntes	2	2	3	3	0.0	0.0	0.0	0.0
Total	13,825	15,591	17,299	18,632	3.2	3.2	3.1	2.9
AUTARQUIAS								
FCA	1,206.6	1,406.7	1,614.7	1,857.8	0.3	0.3	0.3	0.3

Fonte: Projectões do Quadro Macro-MPD-MF, 2012
Estes Totais excluem os E.G.E e Operações Financeiras

4.4. Despesas de Investimento

59. Moçambique adoptou a metodologia de planificação e orçamentação por programas (POP), que assenta na integração dos processos de planificação e a orçamentação, ligando os produtos aos resultados e impactos.
60. A abordagem programática permitirá a especificação de acções de investimento que estejam ligadas às prioridades do PARP 2011-2014. Com efeito, no nível central, a afectação de recursos será baseada nos programas estratégicos que pela sua natureza estão intrinsecamente ligadas aos objectivos do PARP. Assim, requer-se que cerca de 67% dos recursos de investimento da componente interna sejam alocados aos programas estratégicos.
61. As prioridades do PARP 2011-2014 são a principal referência na planificação do investimento nos próximos três anos. Os objectivos centrais do PARP são: 1) Aumento da produção e produtividade agrícola e pesqueira; 2) Promoção do Emprego e 3) Desenvolvimento Humano e Social, assegurados por dois pilares de apoio, designadamente, (i) Gestão Macroeconómica e de Finanças Públicas e (ii) Boa Governação. O Investimento nos distritos é aqui também considerado factor determinante nos esforços de redução da pobreza.
62. Para 2013 e 2014, estima-se um incremento considerável do total de recursos de investimento do Orçamento do Estado nos programas estratégicos para o alcance dos objectivos do PARP. Relativamente aos recursos de investimento interno, esses programas absorverão 56% e 63% do global, contra os 53% orçados para 2012. Destaque vai para o objectivo de desenvolvimento humano e social, que passa de 8%, em 2012, para 11% e 12% em 2013 e 2014 respectivamente.

Quadro 14. Evolução das Despesas de Investimento para as prioridades do PARP

Objectivos Gerais do PARP (Milhões de Meticais)	OE			Projeções					
	2012			2013			2014		
	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total
Total do Investimento dos Objectivos Gerais do PARP	9,927	30,876	40,803	12,293	29,137	41,430	16,363	30,547	46,910
<i>Em % do Total de Investimento</i>	44%	75%	64%	48%	66%	59%	55%	66%	62%
Aumento da produtividade Agraria e Pesqueira	6,591	11,752	18,343	7,683	14,568	22,252	10,413	15,273	25,686
<i>Em % do Total de Investimento</i>	29%	28%	29%	30%	33%	32%	35%	33%	34%
Promoção do Emprego	1,447	9,603	11,051	1,793	1,324	3,117	2,380	1,388	3,769
<i>Em % do Total de Investimento</i>	6%	23%	17%	7%	3%	4%	8%	3%	5%
Desenvolvimento Humano e Social	1,889	9,521	11,409	2,817	13,244	16,061	3,570	13,885	17,455
<i>Em % do Total de Investimento</i>	8%	23%	18%	11%	30%	23%	12%	30%	23%
Total dos Pilares de Apoio	1,842	1,987	3,829	2,049	7,063	9,112	2,380	7,405	9,785
<i>Em % do Total de Investimento</i>	8%	5%	6%	8%	16%	13%	8%	16%	13%
Gestao macroeconomica e finanças publicas	890	766	1,656	1,024	6,181	7,205	1,190	6,480	7,670
<i>Em % do Total de Investimento</i>	4%	2%	3%	4%	14%	10%	4%	14%	10%
Boa Governação	952	1,221	2,173	1,024	883	1,907	1,190	926	2,116
<i>Em % do Total de Investimento</i>	4%	3%	3%	4%	2%	3%	4%	2%	3%
Total de recursos para o PARP	11,769	32,863	44,632	14,342	36,200	50,542	18,743	37,952	56,696
<i>Em % do Total de Investimento</i>	53%	80%	70%	56%	82%	72%	63%	82%	75%
Total de Investimento	22,359	41,257	63,616	25,611	44,147	69,757	29,751	46,283	76,035

4.4.1. Despesas de Investimento de âmbito Central

63. As despesas de investimento de nível central, que totalizam cerca de 16.338 milhões de meticais em 2013, foram programadas tendo em conta os objectivos centrais do PARP, designadamente, (i) aumento da produtividade agrícola e pesqueira, (ii) promoção do emprego e (iii) desenvolvimento humano e social, e os respectivos pilares de apoio, nomeadamente, (i) Gestão macroeconómica e Finanças Públicas e (ii) Boa Governação, bem como as acções constantes dos planos estratégicos sectoriais.

4.4.2. Despesas de Investimento de âmbito Provincial e Distrital

64. Os recursos para despesas de investimento para o nível provincial são alocados de forma global para cada uma das províncias. Do global, a proporção mínima da componente interna do investimento a ser alocada às acções para os programas directamente ligados aos objectivos do PARP⁶ é de 67%.

⁶ Para a afectação da componente interna, o valor global adicional a alocar às Províncias em cada ano é determinado, essencialmente, em função do tamanho da população e do número de pobres existentes. No que concerne ao investimento externo, assume-se a manutenção dos níveis actuais de 2012, em termos reais, uma vez que ainda não houve confirmação dos financiamentos ao Orçamento do Estado de 2013 com recursos aos fundos externos.

Quadro 15. Projectão de despesas de investimento por província-Componente Interna

	2012	2013	2014	2015
<i>Em Milhões de Meticais</i>				
Província de Niassa	140.9	206.4	223.2	240.0
Província de Cabo Delegado	198.0	275.3	298.2	321.2
Província de Nampula	451.8	688.1	719.7	751.2
Província da Zambézia	429.9	722.5	758.8	795.0
Província de Tete	267.1	309.7	331.2	352.8
Província de Manica	209.2	240.8	261.3	281.8
Província de Sofala	454.2	419.7	439.4	459.2
Província de Inhambane	169.3	206.4	225.6	244.8
Província de Gaza	399.5	292.0	308.7	325.4
Província de Maputo	218.5	210.0	221.6	233.2
Cidade de Maputo	141.9	139.6	143.9	148.2
Total Interno Provincial	3,080.4	3,710.7	3,931.6	4,152.6

65. O investimento em Infra-estruturas Distritais e o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) representam, conjuntamente, cerca de 13% dos recursos de afectação interna total para o investimento em 2013, estimando-se que alcance 12.8% em 2014. O Quadro abaixo apresenta as rubricas de investimento ao nível distrital.

Quadro 16. Afectação de recursos para investimento distrital

<i>Em Milhões de Meticais</i>	2011	2012	2013	2014	2015
		OE	<< PREVISÃO >>		
Infra-estruturas Sócio-económicas	911.6	1,478	1,707	1,779	1,916
Fundo de Desenvolvimento Distrital	1080.7	1,337	1,337	1,337	1,337
Infra-estruturas Administrativas	300	200	300	300	300
Total	2,292	3,015	3,344	3,416	3,553

4.5. Outras despesas relevantes

66. No âmbito dos esforços para a redução da pobreza no presente quinquénio, está em implementação o Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana (PERPU 2011 – 2014) que encerra um conjunto de acções conducentes à melhoria das condições de vida da população urbana através da promoção do emprego e do fortalecimento da protecção social. O enfoque do Programa é a geração de renda, a melhoria do ambiente de negócios e a melhoria da protecção social. Estima-se que o impacto orçamental da implementação do PERPU se mantenha em 140 Milhões de Meticais, cobrindo os 11 municípios abrangidos.

67. Os Encargos Gerais do Estado (EGE) englobam um conjunto de despesas que, pela sua natureza, não são imputáveis a um único órgão ou instituição do Estado, mas

sim assumidos como responsabilidades do Estado, como um todo. São exemplos, as pensões, os reembolsos do IVA, os juros da dívida, o Fundo de Compensação Autárquica e o PERPU.

68. O Quadro que segue apresenta as despesas em EGE e operações financeiras do Estado no período entre 2012 e 2015.

Quadro 17. Encargos Gerais e Operações Financeiras

<i>Em Milhões de Metcias</i>	2011	2012 OE	2013 << PREVISÃO >>	2014	2015
Encargos Gerais do Estado	25,372	27,272	30,740	34,443	36,438
Operações Financeiras do Estado	3,357	13,056	13,807	12,322	13,926
Total	28,729	40,328	44,546	46,765	50,363

Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2012

69. Um outro agregado relevante de despesa são as operações financeiras do Estado que englobam as transacções que conduzem a variação de activos e passivos do Governo, como por exemplo, a amortização de empréstimos internos e externos (passivos), os acordos de retrocessão as empresas, a participação do Estado no capital social de empresas (activos), entre outras.

6. RESUMO DA AFECTAÇÃO DE RECURSOS

70. O quadro abaixo apresenta o total dos recursos de afectação interna, para as despesas de funcionamento e de investimento, cumulativamente, por âmbitos.

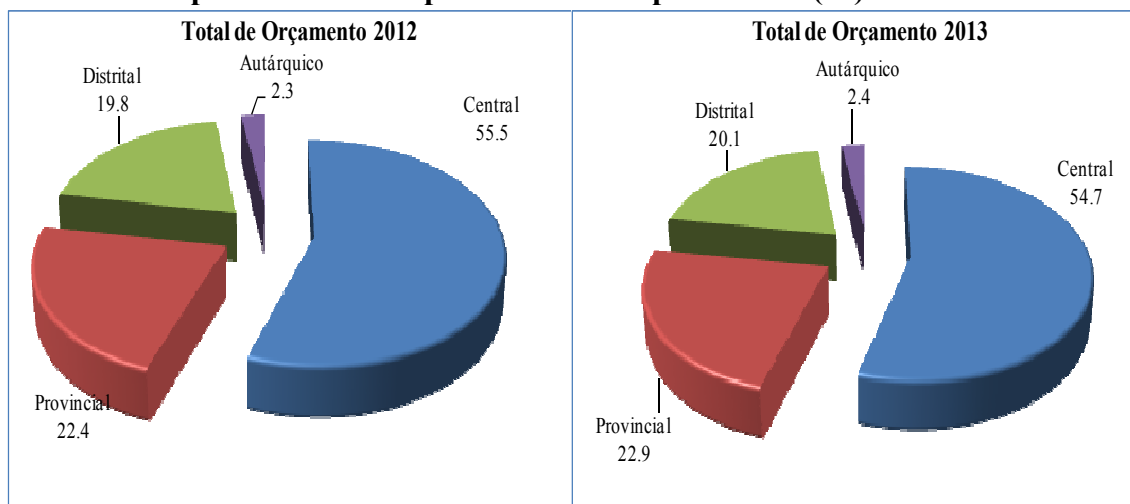
Quadro 18. Distribuição das Despesas totais (componente interna)

<i>Em Milhões de Meticais</i>	2012 OE	2013 << PREVISÃO >>	2014	2015	2012	2013	2014	2015
					<i>em % do Total</i>			
Central	46,671	51,501	55,800	59,558	55.5	54.7	54.7	54.5
Provincial	18,866	21,596	23,091	24,793	22.4	22.9	22.6	22.7
Distrital	16,627	18,912	20,502	22,012	19.8	20.1	20.1	20.1
Autárquico	1,950	2,215	2,553	2,936	2.3	2.4	2.5	2.7
Total	84,114	94,224	101,946	109,299	100.0	100.0	100.0	100.0

71. O CFMP 2013-2015 apresenta limites globais para as despesas de funcionamento e investimento. A partir destes limites globais, será feita a afectação de recursos para cada Unidade Gestora Executora (UGE) respeitando os limites globais.

72. O gráfico abaixo mostra, em termos comparativos, a despesa total para 2012 e os limites indicativos para 2013 para a componente interna, verificando-se um ligeiro decréscimo para o nível central (0.8pp) e um ligeiro aumento para os níveis provincial e distrital (0.5pp e 0.3pp, respectivamente).

Gráfico 7. Despesas Totais-componente Interna por âmbito (%)



Fonte: OE2012, CFMP 2013_2015

73. O incremento de 0.5pp de recursos para o nível provincial, em 2013, corresponde a cerca de 2.730 milhões de meticais e em relação ao incremento de 0.2pp para os distritos, cerca de 2.285 milhões de meticais.
74. Para salvaguardar a estabilidade económica e monetária e de modo a assegurar a sustentabilidade do financiamento das despesas públicas, é necessário garantir o equilíbrio orçamental. O mapa de equilíbrio que se ilustra a seguir traduz a igualdade absoluta entre todas as receitas e despesas previstas neste cenário. Mostra a consistência que existe entre os recursos disponíveis para o período 2013 – 2015 e a despesa que se prevê realizar.

Quadro 19. Mapa de Equilíbrio Orçamental

<i>Em milhões de Meticals</i>	2010	2011	2012	2013	2014	2015
			OE	<< PREVISÃO >>		
Total de Recursos	102,245	141,757	163,035	181,200	201,472	225,903
Recursos Internos	62,415	81,777	98,688	114,869	132,113	153,021
Receitas do Estado	63,476	79,158	95,538	111,372	129,641	150,793
Crédito Interno	(1,061)	2,619	3,150	3,497	2,472	2,228
Recursos Externos	39,831	59,981	64,347	66,331	69,360	72,883
Donativos	26,754	35,285	34,719	37,786	39,666	41,646
Créditos	13,077	24,696	29,629	28,546	29,693	31,237
Total de Despesa	105,815	141,714	163,035	181,200	201,472	225,903
Despesa Corrente	59,637	73,605	84,462	95,415	109,867	124,168
Despesas com Pessoal	29,110	36,250	41,353	47,634	52,296	56,279
Bens&Serviços	10,187	11,502	14,007	15,968	18,682	21,858
Encargos da Dívida (juros)	2,654	3,306	4,626	4,547	5,272	5,693
Transferência Correntes	9,448	12,248	13,709	15,279	18,729	22,794
Subsídios	5,259	5,574	5,241	5,771	6,492	8,228
Outras Despesas Correntes	2,979	4,368	5,202	5,722	7,419	8,204
Despesas de Capital	-	358	324	494	977	1,112
Despesa de Investimento	41,379	64,752	65,518	71,979	79,283	87,809
Componente Interna	19,109	20,582	24,261	27,832	33,000	39,280
Componente Externa	22,270	44,170	41,257	44,147	46,283	48,529
Donativos	14,938	24,098	25,020	27,234	28,691	30,229
Créditos	7,331	20,072	16,237	16,912	17,592	18,300
Operações Financeiras	4,799	3,357	13,056	13,807	12,322	13,926

Fonte: Projecções do Quadro Macro-MPD-MF, 2012

75. A maior parte dos montantes previstos será garantida pelos recursos internos, que representarão em média cerca de 63.98% do total entre 2013 e 2015. A outra parte será coberta por recursos externos, que passam de 39.5% em 2012 para uma média de 34.97% de 2013 a 2015. O valor total dos recursos abrange todas as despesas sectoriais e territoriais de funcionamento e de investimento, as operações financeiras do Estado, bem como os Encargos Gerais do Estado.

7. Considerações Finais

76. O CFMP é um instrumento fundamental no processo de preparação do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE). Com uma visão de médio prazo, o CFMP garante a previsibilidade de recursos para a continuidade da despesa dos exercícios anteriores, e permite definir novas despesas públicas, em função do envelope de recursos (definidos no Quadro Macro), com base no qual se estabelecem os limites indicativos.

77. Dada a volatilidade dos preços, os pressupostos apresentados neste cenário poderão sofrer alterações, caso se verificarem variações nas tendências dos principais indicadores, durante o processo de preparação do Plano Económico e Social e do Orçamento de Estado para 2013, resultando numa alteração da afectação de recursos constantes no presente documento.
78. A actualização dos pressupostos macroeconómicos no CFMP visa fazer reflectir as mudanças conjunturais e estruturais actuais, com vista a garantir uma política fiscal mais estável, maior alocação criteriosa de recursos por áreas prioritárias e aplicação mais eficiente e efectiva dos recursos financeiros na prestação de serviços públicos.